



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

ATA

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às 19h17min do dia 29 de abril de 2013, no Clube dos Idosos, situado à Avenida XVI de Novembro, centro, no Município de Honório Serpa/PR, o Doutor Rafael Carvalho Polli, Promotor de Justiça da Comarca de Mangueirinha/PR, deu início à Audiência Pública. Inicialmente agradeceu a presença de todos, esclarecendo aos presentes o papel do Ministério Público. Na sequência, passou a palavra ao Excelentíssimo Prefeito do Município de Honório Serpa, Senhor Rogério Antônio Benin, o qual cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Em seguida, o Promotor de Justiça retomou a palavra, apresentando os demais componentes da mesa e esclarecendo novamente as funções institucionais do Ministério Público. Antes de iniciar os debates da Audiência Pública, o Promotor de Justiça aproveitou a oportunidade para esclarecer aos presentes à situação da PEC 37. Depois de explicado o objeto da PEC 37, foram mostrados dois vídeos institucionais em telão para que a população tome conhecimento do posicionamento do Ministério Público em relação à PEC 37, bem como foi informado aos cidadãos presentes que seria passado um abaixo assinado, que poderia ser assinado pelos que fossem contrários à PEC 37, ocasião em que foi esclarecido que as assinaturas poderiam ser feitas também em meio virtual, através de acesso ao sítio do Ministério Público. Em seguida, o Doutor Rafael Carvalho Polli, ressaltando a ausência de caráter político ou eleitoral do evento, deu início aos debates. O primeiro tema em discussão foi a educação. O Prefeito do Município e a Secretária do Departamento de Educação falaram da atual situação da educação do Município. A Secretária de Educação ressaltou que a maior dificuldade no ensino é a indisciplina dos alunos, esclarecendo que realizam inúmeras reuniões com os pais, mas estes estão deixando a desejar. Ressaltou que ainda existem muitas famílias comprometidas, mas infelizmente os pais estão falhando em casa na educação dos filhos, os quais não respeitam os professores, asseverou, também, que a educação vem de casa e que a missão dos professores é a transmissão de conhecimentos. Em seguida, o Promotor de Justiça abordou o tema de exploração sexual, eis que no próximo dia 18 de maio é o dia do combate nacional à violência sexual. A Conselheira Tutelar Catarina Silvana de Vargas disse que o Conselho Tutelar é parceiro das escolas do Município e também conta com o apoio da Polícia Militar, colocando o Conselho Tutelar à disposição da população. O Sargento Sérgio Souza da Rosa, comandante da Polícia Militar de Honório Serpa, fez uso da palavra e esclareceu que o Conselho de Segurança está atuante no Município de Honório Serpa. Disse que também dão apoio às escolas sempre que são solicitados pelos diretores, esclarecendo que as portas do destacamento estão abertas

à população, convidando toda a população para participar das reuniões do Conselho de Segurança. Em seguida, foi abordado o tema tráfico de drogas. O Sargento Sérgio disse que em Honório Serpa chegam poucas denúncias de tráfico, que já fizeram algumas abordagens, mas foi apreendida pouca quantidade de droga, esclarecendo que conhecem alguns usuários e que tem intensificado as abordagens, mas não estão apreendendo drogas no Município, orientando as pessoas para que liguem no telefone 181 e denunciem anonimamente os casos de tráfico de drogas no Município. Dando prosseguimento à Audiência Pública, o Promotor de Justiça leu a manifestação de um cidadão que relata que existem moradias no Município de Honório Serpa que não possuem água e iluminação. O Promotor comunicou que visitou o Município com o Prefeito na tarde de hoje, antes do início da audiência pública, e que já existem procedimentos instaurados na Promotoria para a regularização dos loteamentos no Município de Honório Serpa. Esclareceu, também, que já foi procurado pela Prefeitura, a qual tem urgência em resolver a situação, bem como já marcaram uma reunião, a qual ocorrerá na próxima semana. Sobre esse assunto, o Prefeito relatou que estão trabalhando para conseguir a regularização dos loteamentos, deixando claro à população que hoje é mesmo o dia para as pessoas conseguirem as respostas para as indagações que diuturnamente vão procurar na prefeitura. O Prefeito também agradeceu ao Doutor Paulo Penteado, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Mangueirinha e designado para o Cartório de Registro Civil do Município de Honório Serpa, que é parceiro na regularização dos loteamentos. O Promotor disse que dará prioridade ao procedimento já instaurado na Promotoria de Justiça, para que com urgência resolva a situação dos loteamentos. Em seguida, foi lida outra manifestação de um cidadão do Município de Honório Serpa, a qual indagava sobre a discussão que existe hoje sobre a redução da maioria penal, pretendendo saber qual é a opinião do Promotor de Justiça da Comarca. O Promotor esclareceu a situação, falando sobre como funciona o procedimento para averiguação de ato infracional, informando que já atendeu alguns casos envolvendo adolescentes que cometeram ato infracional no Município de Honório Serpa. O Promotor manifestou a sua opinião, dizendo que é favorável a redução da maioria penal para 16 anos, esclarecendo, todavia, a falta de estrutura prisional. Encerrado esse assunto, o Promotor de Justiça comentou sobre a existência de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público sobre o efetivo policial, a qual encontra-se em fase recursal. Um cidadão que não identificou-se, fez uso da palavra também manifestando a sua opinião sobre a redução da maioria penal, falando que os menores são utilizados pelos maiores para prática de crimes, em razão da impunidade. Na sequência, o promotor leu outra pergunta, realizada pela entidade CODESAFA, a qual requer informações sobre a possibilidade de a entidade receber multas do Poder Judiciário para ajudar a custear a entidade. O Promotor falou da possibilidade, pois as transações penais pecuniárias podem ser destinadas às





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

entidades, desde que cadastradas no Conselho da Comunidade da Comarca de Mangueirinha. A Doutora Ronisa Biscoli, Assessora Jurídica do Município de Honório Serpa/PR, disse que desde o início do ano de 2009 procuraram o Poder Judiciário da Comarca de Mangueirinha, e desde então as prestações pecuniárias envolvendo infratores do Município de Honório Serpa passaram a ser destinadas às entidades do Município de Honório Serpa, como a APAE, aproveitando a oportunidade para solicitar que essas prestações pecuniárias continuem sendo destinadas às entidades do Município de Honório Serpa. A assessora do Ministério Público, Cristiane de Mari, explicou sobre o cadastramento das entidades no Conselho da Comunidade, para que possam ser beneficiadas com as transações penais. O representante da CODESAFA ressaltou a necessidade de a entidade receber ajuda, pois beneficiará muitas pessoas, esclarecendo que irá procurar maiores informações sobre o cadastramento das entidades. Um novo questionamento referiu-se ao comportamento dos alunos, sobre como proceder nos casos em que os alunos não participam das aulas, tendo o Promotor de Justiça esclarecido o assunto. A Conselheira Tutelar Catarina Silvana de Vargas disse que diuturnamente são chamados na escola porque os alunos gazeiam aulas, pulam as cercas e vão ingerir bebida alcoólica, informando que não sabem onde os alunos conseguem bebidas alcoólicas, relatando, inclusive, que na última sexta-feira um aluno teria entrado em coma alcoólico. A conselheira ressaltou que alguns alunos gazeiam aulas para namorar e vão para os bares jogar sinuca, ressaltando que é para os alunos comparecem à escola para estudar, pois recebem o transporte escolar gratuito e devem aproveitar a oportunidade de estudo. A diretora de uma das escolas presente, que não identificou-se, narrou que geralmente os alunos que mais tem problemas na escola não possuem pai e mãe, mas outro responsável. Disse que alguns alunos querem estudar, mas são prejudicados pelos demais. O Promotor disse que os casos que não conseguem ser solucionados pela direção da escola devem ser encaminhados ao Conselho Tutelar, para as providências cabíveis. Prosseguindo, o tema que passou a ser discutido na Audiência Pública foi a saúde pública. Foram realizados comentários acerca da cobertura de medicamentos pelo SUS, tendo o Promotor de Justiça esclarecido que caso as questões não sejam resolvidas no âmbito do Município, podem procurar a Promotoria de Justiça para o devido encaminhamento, se for o caso. A Secretária Municipal de Saúde passou a fazer uso da palavra, e esclareceu que comparando com Municípios que possuem a arrecadação maior do que o Município de Honório Serpa, conseguem fazer bastante pelos cidadãos na saúde, sendo que possuem sete médicos e pontos de atendimento em dezesseis localidades do interior, onde se deslocam médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem. A Doutora Ronisa novamente fez uso da palavra, explicando que algumas pessoas estão sendo retiradas de áreas de risco e inseridas em casas, esclarecendo que os locais de risco pertencem ao Município de Honório Serpa, não sendo permitido às

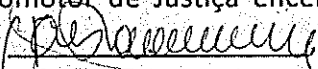
famílias comercializarem os terrenos. O Promotor esclareceu o assunto, informando que as pessoas devem se conscientizar da situação. Em seguida, o Doutor Paulo Penteado fez uso da palavra, esclarecendo que somente procede ao registro de imóveis desde que estejam preenchidos todos os requisitos legais, que não deixa nada incompleto, que tudo é perfeito. Parabenizou o Prefeito por regularizar o loteamento Portelinha, bem como informou que está tramitando no Cartório de Registro de Imóveis o Loteamento Gramados, que também é de autoria do Prefeito Municipal, ressaltando que tem buscado cumprir a sua função com a maior eficiência possível, colocando-se à disposição da população. A Doutora Ronisa também colocou em pauta o transporte público escolar. Disse que muitas pessoas acabam pegando o transporte como carona, inclusive a própria Secretaria de Saúde acaba utilizando do transporte escolar para deslocar pacientes, esclarecendo que diante da realidade essa é uma saída, já que existem localidades distantes e algumas pessoas não possuem meios próprios de se locomover. Alegou, todavia, que em tais casos os cidadãos devem ter bom senso, afinal, o transporte é escolar, sendo que somente em situações eventuais serão permitidas caronas. O Promotor de Justiça acatou a ideia, esclarecendo que em casos de emergência não haveria problema de utilizar o transporte escolar. O Promotor aproveitou o ensejo para esclarecer a situação de alguns pais que procuram a promotoria informando que o transporte público não passa próximo de casa, esclarecendo que existe uma Resolução no Estado do Paraná, a qual estabelece que o motorista do ônibus não tem a obrigação de passar na porta da casa de cada aluno, cabendo aos alunos, se for o caso, deslocar-se até dois quilômetros até o ponto de ônibus. A Doutora Ronisa asseverou que o limite da quilometragem do transporte público também se aplica na zona urbana, sendo obrigação do Município apenas o transporte quando a distância for superior a dois quilômetros. O Prefeito Rogério Benin noticiou uma situação específica que está acontecendo na zona rural do Município, na qual os pais de um aluno não concordam com a rota do ônibus. O Prefeito explicou que não irão alterar a rota do ônibus, pois outros alunos também dependem do transporte, e são poucos quilômetros e tempo que o aluno "perde" dentro do ônibus, por isso não há razão para alteração da rota. Para finalizar esse assunto, o Promotor de Justiça esclareceu que a regra dos dois quilômetros não é absoluta, podendo ser relativizada, pois podem ocorrer casos em que há alunos doentes. A Secretária de Educação garante, contando com o apoio dos motoristas que estão presentes, que no Município de Honório Serpa nenhum aluno precisa se deslocar mais que dois quilômetros para chegar ao ponto de ônibus, esclarecendo que alguns pais querem exigir que os motoristas peguem os filhos na porta de casa, o que ela considera uma falta de compromisso dos pais. O Padre da Igreja Católica ressaltou que a família é a base da formação da criança e do adolescente, utilizando-se do seguinte bordão "quem leva o filho para a igreja não busca na cadeia". Outra pessoa que não





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

identificou-se falou de um atendimento que o Ministério Público fez há alguns anos no Município de Honório Serpa, que reuniu pais e alunos para uma conversa, onde foram esclarecidos direitos e obrigações, a qual teria sido muito produtiva. Disse que uma questão preocupante é a saída dos alunos da escola, pois não respeitam as faixas de pedestre e caminham sobre as vias. O Padre retomou a palavra, esclarecendo que a família está deixando um pouco a desejar, que a família (pai e mãe) deve esclarecer e orientar os seus filhos, os quais não podem ter as mesmas responsabilidades dos pais, devendo os pais ensinar os seus filhos a respeitar as autoridades. O Sargento Sérgio disse que sempre estão orientando os alunos quando saem da escola, para que andem sobre a calçada, deixando as vias livres para os veículos. Mudando de assunto, a Secretária de Saúde esclareceu que o Município está investindo vinte por cento de sua arrecadação com a saúde e que existem alguns casos de pacientes que consultam com médicos particulares em outros municípios, e depois apresentam receitas de medicamentos e exames para receberem o atendimento através do SUS. A secretária disse que orienta as pessoas que somente consegue encaminhar pelo SUS se o atendimento também foi realizado pelo SUS. O promotor confirmou a informação, ressaltando que a porta de entrada do SUS, para o recebimento de medicamentos e encaminhamentos de exames, é o próprio SUS. Já avançando para o final, o Promotor de Justiça informou que todos os questionamentos que chegaram em suas mãos foram lidos e indagou se alguém mais tinha alguma colocação a fazer, tendo o público permanecido em silêncio. O promotor agradeceu a presença de todos, ressaltando, mais uma vez, o papel do Ministério Público e colocando-se à disposição da população. Na sequência, o Promotor de Justiça encerrou a Audiência Pública. Nada mais. Eu, Cristiane de Mari  Oficial Assessora de Promotoria, com fundamento no art. 12 da Resolução nº 965/2012 da PGM/MP, lavrei a presente ata aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

  
RAFAEL CARVALHO POLLI  
PROMOTOR DE JUSTIÇA